



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

**MANDJAKUS: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES CABOVERDIANOS NA
UNILAB SOBRE AS ATITUDES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO
RACIAL EM CABO VERDE**

NILTON LOPES DA SILVA GOMES

Redenção - CE

2017

NILTON LOPES DA SILVA GOMES

**MANDJAKUS: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES CABOVERDIANOS NA
UNILAB SOBRE AS ATITUDES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO
RACIAL EM CABO VERDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador:
Professor Doutor Carlos Subuhana

Redenção - CE

2017

NILTON LOPES DA SILVA GOMES

**MANDJAKUS: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES CABOVERDIANOS NA
UNILAB SOBRE AS ATITUDES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO
RACIAL EM CABO VERDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Redenção – CE, 07 de Agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Professor Doutor Carlos Subuhana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor Luís Tomás Domingos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor Izabel Cristina dos Santos Teixeira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. OBJETIVOS.....	5
2.1. Objetivo geral.....	5
2.2. Objetivos específicos.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	6
4. HIPÓTESES.....	6
5. REFERENCIAL TEÓRICA.....	7
5.1. Raça.....	7
5.2. Racismo.....	11
5.3. Etnia e mestiçagem.....	15
5.4. Identidade.....	21
5.5. Imigrantes em Cabo Verde.....	25
5.6. <i>Morabeza, mandjakus e amigus</i>	28
5.7. Atitudes de preconceito e discriminação racial em Cabo Verde.....	31
6. METODOLOGIA.....	35
7- CRONOGRAMA.....	38
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
9. ANEXO.....	42

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como finalidade desenvolver um estudo sobre a percepção dos estudantes cabo-verdianos na Unilab sobre as atitudes de preconceito e discriminação racial em Cabo Verde, tendo os estudantes cabo-verdianos na Unilab como objeto de análise. A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no seu Estatuto (capítulo II, art. 3º) tem como missão produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de língua oficial portuguesa, por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento filosófico, científico, cultural e técnico, comprometida com a superação das desigualdades sociais.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é identificar e avaliar o grau de atitudes de preconceito e discriminação racial em Cabo Verde, a partir das percepções dos estudantes cabo-verdianos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

2.2. Objetivos específicos

Este projeto de pesquisa tem como objetivos específicos:

- Identificar e entender porque o termo *mandjaku* é usado para distinguir os imigrantes africanos em Cabo Verde;
- Descobrir a origem do termo *mandjaku* dentro e fora de Cabo-Verde;
- Desvendar os tipos de atitudes de preconceito e discriminação existentes em Cabo-Verde;
- Descobrir as causas que fazem com que o imigrante africano seja discriminado e chamado de “*Mandjakus*”, o que não ocorre com os imigrantes não africanos;
- Desvendar o momento e as causas que fazem com que o cabo-verdiano de tonalidade de pele escura seja discriminado e chamado por outros cabo-verdianos de “*Mandjakus*”.

3. JUSTIFICATIVA

A questão racial em Cabo Verde é muito complexa, porém, é preciso conhecer as suas raízes para identificá-la. A sociedade cabo-verdiana, como as demais sociedades no mundo, possui vários problemas humanos e sociais que provocam muitas inquietações, e foi neste contexto que surgiu a necessidade de escolher a temática *Mandjakus*. Particularmente, entende-se que o tema proposto é imprescindível e de extrema importância, pois nasci e fui socializado na sociedade cabo-verdiana, e desde cedo fui considerado e/ou chamado pelos conterrâneos, pejorativamente, como “*Mandjakus*”, pelo fato de ter uma tonalidade de pele mais escura (marca), independentemente das minhas origens europeias do lado paterno, isso com base no senso comum. Este tema está relacionado com diversas áreas do conhecimento, especificamente as áreas das ciências sociais e humanas. Almeja contribuir muito no sistema de ensino cabo-verdiano em forma de material teórico sobre o racismo em Cabo Verde, que possibilite a novos acadêmicos e ao mundo científico informações adicionais para o estudo do tema escolhido.

As condições são favoráveis, pois se tem o material teórico, e existe a possibilidade de se fazer a coleta de dados e/ou informações em Cabo Verde e, também, conta-se com a colaboração de estudantes cabo-verdianos da Unilab.

4. HIPÓTESES

Durante a pesquisa, será analisado o número de estudantes cabo-verdianos por cursos de graduação inscritos atualmente na Unilab. Acredita-se que os estudantes cabo-verdianos na mencionada universidade terão um juízo consciencioso acerca das atitudes de preconceito e discriminação racial em Cabo Verde, pois estes estudam numa Universidade de caráter Internacional que agrega alunos oriundos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), especificamente os países africanos de língua oficial portuguesa – PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe), que permite uma integração de proximidade e desmistificação do termo *Mandjakus*.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

As principais questões teóricas deste projeto de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são raça e racismo. Outros temas como etnia, mestiçagem e identidade serão abordados a partir das questões principais.

5.1. Raça

Entende-se que o racismo é derivado da raça, para melhor compreender e conceituar este termo será necessário compreender o que é a raça. De acordo com Munanga (2003), “epistemologicamente o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie.” Com base nas histórias das ciências naturais o autor discorre explicando que primeiramente a raça foi conceituada para classificar as espécies animais e vegetais, isto é, usado na zoologia e na Botânica pelo naturalista sueco, Carl Von Linné. Ao passar do tempo, o conceito de raça teve suas mutações, passou a ser usado para classificar a diversidade humana em grupo dominado e dominador. Aquele que eram tidos como mais fracos, menos inteligentes e menos criativos pertenciam ao grupo dominado, enquanto que os considerados fortes, capacitados, produtivos faziam parte do grupo dominador. Para Munanga (2003), os franceses nobres nos séculos XVI-XVII, usavam esse conceito ilustrativo da raça para se identificar com os Francos e para se distinguir dos Gauleses que se identificavam com a Plebe. Os Francos consideravam-se dotados de sangue “puro”, com habilidades superiores à da Plebe. Esta distinção era feita não só a partir dos traços físicos, mas também pela classe.

Por outro lado, no século XV houve uma desordem no conceito da humanidade, ou seja, a raça era distinguida pela capacidade da diversidade humana, isto é, na civilização ocidental pelos teólogos e escritores que tinham monopólio da razão e explicação para avaliar dentre índios, brancos e negros, quem detinha maior ou menor raciocínio. Nos séculos XVI e XVII na península Ibérica os teólogos da época pesquisaram argumentos na bíblia para fundamentar que os outros “indiferentes” (índios e negros) provêm da descendência do Adão, mais tarde no século XVIII houve críticas das

explicações teóricas da igreja que possuía monopólio do mesmo, por parte dos filósofos iluministas que se consideravam racionais.

Assim fazem mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física. (MUNANGA, 2003, p. 2)

Munanga (2003) mostra exemplos nítidos que teriam servido melhor para classificar a diversidade humana. Segundo o autor, o conceito de raça serve de ferramentas para operacionalizar o pensamento, ou seja, se não fosse desde primórdios para diferenciar operação hierárquica do ponto de vista da superioridade e da inferioridade. Há uma necessidade de distinguir semelhança e diferença.

A primeira tentativa consiste em distinguir os seres animados dos inanimados; os minerais dos vegetais e os vegetais dos animais. Entre os animais, não há como confundir um elefante com um leopardo, uma cobra com uma tartaruga. São todos animais, mas, porém, diferentes. (MUNANGA, 2003, p. 3)

De acordo com algumas explicações da ciência sobre o conceito de raça, percebe-se que cada ramo da mesma possui definições diferentes que torna cada vez mais amplo o conceito da raça. Munanga (2003) argumenta que a zoologia e a botânica classificam os seres vivos pelas categorias maiores e subdivididas, assim, acontece com as categorias menores. Isto quer dizer que existe a classe, a ordem e a espécie categoricamente divididas pelo que ele chama de filo e subfilo, dada a existências de várias espécies, o homem foi considerado pertencente ao filo dos cordados, exemplificando peixes pertencentes ao subfilo dos vertebrados, baleias como à classe dos mamíferos, os grandes símios estão na ordem dos primatas e, finalmente, quanto à espécie humana encontra-se o homo sapiens (homem sábio).

A relevância de classificar a espécie é exatamente pela existência de milhões de seres vivos conhecidos no universo. No século XVIII a cor da pele era um elemento chave para caracterizar espécies humanas que em outras palavras seriam raças, e é neste sentido que surgem a raça branca, negra e

amarela, divididas em espaços diferentes, daí que o autor explica do ponto de vista biológico como é formada a composição genética do ser humano.

[...] Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. É justamente o degrau dessa concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo. A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela, ora a cor da pele resultante do grau de concentração da melanina, substância que possuímos todos, é um critério relativamente artificial. (MUNANGA, 2003, p. 3)

Pode-se dizer que o conceito da raça baseado nas características físicas é desconsiderado de acordo com a explicação biológica, o que torna um pouco mais confuso a definição do referido termo. Kwame Anthony Appiah (1997), no seu trabalho intitulado “Na casa de Meu Pai”, no capítulo 2 (dois) chama isto de “ilusões da raça”. De certo modo, estas observações científicas servem para uma aproximação do que possa ser raça, visto que, até hoje, é uma questão que não se cala. No século XIX, o estudo sobre a raça na perspectiva morfológica e antropológica, também não foi possível encontrar uma resposta conformável para esta interrogação. Consoante Munanga (2003), “o formato dos órgãos tais como nariz, lábios, queixo, crânio, face, etc. eram avaliados morfológicamente para discernir os ditos brancos dos negros e amarelos.” O autor salienta que neste estudo o crânio alongado considerado dolicocefalo servia para caracterizar brancos chamados de nórdicos, enquanto que o crânio arredondado, braquicefalo, era para caracterizar fisicamente os negros e amarelos. Diante disto, como se explica a genética comum entre as três referidas raças? Observa-se que o estudo antropológico desmistifica esta afirmação ao encontrar formato de crânio da dita característica física, definida por braquicefalo apresentando tendência em alongar-se. É notório perceber que um indivíduo de alguma região africana pode ter características morfológicas semelhantes com um indivíduo de alguma região, como por exemplo do continente americano, assim como de alguma região europeia e asiática, sem ter nenhum contato físico entre eles.

Numa análise da mesma matéria, percebe-se que a visão de Appiah não está distante da percepção de Munanga, ele também procura a definição da raça em diversas áreas de conhecimentos, sobretudo nos dados da literatura biológica contemporânea especificamente no século XIX, mostrando claramente dados enganosos em relação à genética humana, levando em consideração a proporção de variação de genes atribuível à diferença racial, ou seja, as características humanas são geneticamente determinadas por sequências de ADN no cromossomo. Por isso, não há dúvidas de que indivíduos designados de branco, negro, amarelo não tenham características genéticas em comum. Por exemplo, uma pessoa nascida em Cabo Verde pode conter os mesmos genes com um indivíduo de origem japonesa, porém, estes vivem separados geograficamente por territórios, por diferenças culturais e linguísticas, atributos morais, estéticas, ideologia política, etc.

[...] Sendo dada apenas a raça de uma pessoa, é difícil dizer quais serão suas características biológicas excetuadas as características que os seres humanos têm em comum, a não ser no tocante aos traços “mais grosseiros” da cor, cabelos e ossos (cuja genética, de qualquer modo, é muito precariamente entendida). Um biólogo evolucionista chamaria esses traços de “diferenciação morfológica”. (APPIAH, 1997, p. 64)

Os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2013, p. 4 - 5)

A explicação científica em diversas áreas do conhecimento ainda deixa dúvidas sobre o que seria raça, e neste sentido, fica claro que o problema da raça não cumpriu com os critérios cientificamente apresentados. Segundo Munanga (2003), o conceito da raça tornou-se um problema quando os naturalistas dos séculos XVIII-XIX limitaram seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, contudo, classificaram grupos humanos pela escala de valores e chamaram-nas de raças, e construíram uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Appiah (1997), mostra que a noção de raça é relativamente sem

importância para explicar as diferenças biológicas entre as pessoas, quando a diferença é medida na proporção das diferenças nos loci do cromossomo ainda não equivale mostrar que a raça não é importante para explicar a diferença cultural. Conforme Munanga (2003), os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela” em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc., que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc.

No entanto, atualmente o conceito de raça está muito distante da lógica científica no que diz a respeito à da biologia, antropologia, teologia, Botânica, Zoologia. De acordo com Hall (2009, p.66), “conceitualmente a categoria “raça” não é científica.” O autor citado argumenta que a noção de raça está intimamente ligada à ideologia que legitima a dita “raça branca” e prevalece na dominação da “raça negra”, “amarela” dentre outras, perfurando caminhos para a colonização, e tornou mais complexo. Os termos raciais negros, brancos, amarelos não tem o mesmo significado, ou seja, a noção de raça possui interpretações em diferentes espaços por política ideológica inoperante do próprio conceito. A raça por não ter um conceito padronizado e estendendo cada vez mais, deu origem ao racismo, ou seja, levando ao extremo o que possa ser raça, nesta ótica vale compreender o que é racismo.

5.2. Racismo

De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (FGV, 1987), racismo é a doutrina que afirma haver uma conexão entre características raciais e culturais, e que algumas raças são inerentes superiores a outras. O racismo inclui no seu conceito de raça, indiscriminadamente, agrupamentos não biólogos tais como seitas religiosas, nações, grupos linguísticos e grupos culturais. Daí poder ser considerado uma forma particularmente virulenta de etnocentrismo.

O termo racismo provindo de raça, também teve suas mutações, nas palavras de Munanga (2003), “o conceito de racismo foi criado por volta de

1920, com diversas leituras e interpretações. Este Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum.” A raça e o racismo estão intimamente ligados, percebe-se que seria difícil falar do racismo sem ter abordado o conceito de raça, se o racismo está incluso no conceito de raça, então, pode-se dizer que ainda a definição da raça pode ser encontrada a partir do termo racismo, ou então, ampliar mais a compreensão dos conceitos. Quando o racismo se trata de uma ação mal interpretada como será possível combater no avanço das diversas práticas? Visto que este progride ideologicamente pelas características físicas hereditárias comuns, psicológicas, morais, intelectuais e estéticas colocando em causa os valores desiguais.

Appiah (1997) posiciona-se perante esta questão para aproximar da explicação do termo racismo, o autor apresenta o racialismo como uma das vertentes que seria baseado em características hereditárias, possuídas por membros de espécie humana, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. O mesmo defende a existência de mais duas vertentes para explicar o racismo, que seria o racismo extrínseco fundamentado em distinções morais entre os membros das diferentes raças. Tais racistas acreditam que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. Qualquer prova de que tais diferenças não existam deveriam impedir o racismo extrínseco se este fosse puramente extrínseco. Porém, nenhum racismo é unicamente extrínseco. Uma forma deste racismo seria a opressão enquanto que o racismo intrínseco se baseia nas pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças acreditam que cada raça tem um status moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros. Podemos pensar como exemplos deste tipo de racismo as solidariedades racial e nacional.

Segundo Munanga (2003), “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.” Tendo essa noção do termo

racismo, pode-se afirmar que quando se trata de crença a situação racial tem mais conteúdo que perpassa a diversidade humana, ou seja, existem fatores sociais, traços culturais, linguísticos, religiosos no imaginário de indivíduo racista para inferiorizar naturalmente o diferente do grupo que ele pertence. Neste caso, são crenças nos conceitos de raças que apresentaram falhas de acordos com estudos realizados nalguns ramos da ciência como é o caso de zoologia, biologia, antropologia, etc. De acordo com Munanga (2003), “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.”

As teorias que fundamenta o racismo é obviamente as mesmas que deu origem a raça, ora, se cientificamente foi aprovada que a raça não existe, o racismo surgiu para legitimar as afirmações desaprovadas com base na crença, neste sentido, qual seria a solução para o combate ao racismo? Essa é uma das questões que se coloca nesta situação. Uma das teorias que fundamenta o racismo é a mitologia.

A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes dá risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. (MUNANGA, 2003, p. 8)

Segundo Appiah (1997), “se há um modo normal de Bíblia explicar as características distintivas dos povos, é contando uma história em que um ancestral é abençoado ou amaldiçoado.” Neste caso, a justificativa que se têm é de que dentre os três filhos de Noé, Sem (Branco) e a sua descendência foi abençoado, dotados de caraterísticas positivas, enquanto que a descendência de Cam (Negro) e Jafé (Amarela) foi amaldiçoada carregando caraterísticas

das trevas, isto mostra que o racismo também foi uma forma inventada para classificar as ditas raças a partir da observação dos caracteres físicos como a cor da pele, traços morfológicos, considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos povos. Na mente de racista existe este mito que separa a humanidade por classes. Conforme Munanga:

Lineu divide o *Homo Sapiens* em quatro raças: · Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado. · Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas. · Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados. · Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertados. (MUNANGA, 2003, p. 9)

No século XX, a ciência biológica contribuiu bastante para reprovação da concepção do racismo baseada na vertente biológica, porém, o racismo se manifesta nas vertentes sociais, culturais, sobretudo ideológicas. Um dos acontecimentos que torna o racismo mais avançado pode ser preconceito raciais, e são considerados derivas do racismo contra negro, contra branco, amarelo, rico, pobre, burgueses, homem, mulher, jovens, homossexuais, militares, grupos étnicos, etc. Entende-se que essas ações são derivas do racismo se for identificado no ponto de vista biológico classificando conjuntos de indivíduos pertencente a mesma categoria, porém existem um perigo ideológico que também afeta ralação humana por classificação das diferenças.

Atualmente, o racismo não tem esse conceito de raça baseada na biologia, e o exemplo disso foi o fim do apartheid na África do Sul, onde o racismo baseava-se pela característica física do ser humano não permitindo a união entre brancos e negros, através de um regime político ideológica e segregacionista, nos Estados Unidos não era muito diferente, porém há mais de cinquenta anos houve também o fim da segregação racial, ou seja, não existem mais o racismo institucionais.

Entretanto ainda no século XXI, o racismo manifesta mediante crenças dos indivíduos nos grupos culturais, nas sociedades contemporâneas, levando

em conta a suposta existência de raças. O caminho que se procura para solucionar a problemática racial está na conscientização, na restauração da consciência humana, pois é ali onde está o embaraço que impede a interação entre as raças e permitindo o avanço das práticas racistas.

5.3. Etnia e mestiçagem

A noção de etnia, segundo Poutignat (2011), “se encontra mesclada a outras noções conexas, as de povo, de raça ou nação, com as quais mantém relações ambíguas cujo rastro encontra se nos debates contemporâneos.” Entende-se que a etnia muitas vezes é confundida com a raça, porém a diferença existente entre estes dois termos não se distancia, a etnia pode ser compreendida por grupo ou conjuntos de indivíduos definido pela mesma origem que possui a mesma língua, compartilha a mesma cultura, religião, vivem geograficamente no mesmo território, neste sentido, Munanga (2003), afirma que a etnia é sociocultural, histórico e psicológico distinguindo do termo raça que é conceituado pelas diferenças biológicas entre as etnias, ou seja, a raça é morfo-biológico.

Poutignat (2011), faz uma analogia sobre o ensaio do antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge, intitulado por “Qu’est-ce qu’ une nation? ” Que numa tradução livre para português seria “O que é uma nação? ”. Nesta análise, segundo o autor, se Vacher de Lapouge inventa o vocábulo etnia e afirma ele, para prevenir um “erro” que consiste em confundir a raça e também a nação, ele estaria estabelecendo uma relação oposta entre a etnia, à raça e a nação, isto porque a noção de etnia está intimamente ligada ao termo raça e nação.

De acordo com Munanga (2003), algumas etnias constituem sozinhas as nações. Durante a conferência de Berlim em 1884-1885 as potências coloniais tiveram como objetivo organizar por meio de regras, a ocupação dos territórios geográficos africanos, onde existiam etnias nações independentes que foram desfeitas e compartilhadas entre diferentes atuais países herdados da colonização.

O antigo território da etnia iorubá se encontra dividido hoje entre as Repúblicas de Nigéria, Togo e Benin; o antigo território da etnia Kongo é hoje dividido entre as Repúblicas de Angola, Congo Kinshasa e Congo Brazaville, etc. (MUNANGA, 2003, p.12).

A desorganização detectada no conceito de etnia está bem ligada a pertencimento de um grupo cultural, linguístico, religioso, estilo de vida e etc. Quando acredita-se que os hábitos e costumes de determinado grupo étnico é superior ou inferior à outra, pode-se dizer que, é nesta percepção onde está embutido desordem, ou seja, a etnia é confundida com a raça porque ela foi conceituada também com base na ideologia, e consiste na ideia de hierarquização, neste sentido o racismo continua atuando mesmo sem ter por base o conceito da raça. Conforme Poutignar (2011), “o termo “etnia” não seria senão uma vã tentativa de fugir a uma forma de pensamento biologizante que se acha, de fato, restabelecida nas utilizações cotidianas, através de expressões como “problemas étnicos” ou “minorias étnicas”.” Na concordância com autor, Munanga (2003), afirma que o que mudou na realidade e são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato, é por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e antirracistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses.

Atualmente, os povos ou as populações que se encontra em diversos territórios, são considerados oriundos de diversas etnias, uma vez que, não pode ser mais considerado como raças diferentes, no sentido da ciência biológica ou da genética humana. Para Munanga (2003), “seria equivocado caracterizar a cultura e outros elementos étnico no sentido biológico, pois, a etnia tem uma história, isto é, uma origem e uma evolução no tempo e no espaço.” As etnias nascem e desamparem nos tempos, de acordo com a história dos povos, compreende-se que, assim como a cultura, a etnia também não é homogênea.

Contextualizando a etnografia cabo-verdiana, de acordo com Furtado (2011), de forma específica, existe a percepção, a partir de uma leitura

longitudinal e transversal, de que os estudos sobre Cabo Verde, produzidos essencialmente por pesquisadores locais, têm sido, em regra, omissos relativamente às dimensões da raça e da etnia na explicação da constituição e da transformação social da comunidade insular. Sem dúvida, Cabo Verde também foi uns dos palcos onde as diversas etnias se manifestaram inicialmente pela hierarquização, isto é, no período colonial, a sociedade cabo-verdiana encontrava-se estruturada em classes (brancos e negros), já na época pós-colonial, vários estudos foram realizados no intuito de identificar e construir a nação, porém, esses estudos não fogem da problemática da estruturação social e da pertença étnica ou racial, a pesar de estar omissa ou exaltado.

Para Furtado (2011), a etnicidade pode ser apreendida a partir de práticas que conduzem à criação de estereótipos negativos, alocados a grupos populacionais provenientes de espaços sociais nacionais bem específicos, ou seja, a etnicização, no contexto do espaço geográfico interno, é associada a outro contexto específico, que provém do continente. Neste contexto, entende-se que em Cabo Verde existem poucos estudos realizados sobre a questão étnica, justamente pela negação da dimensão étnica no período colonial quando a diferença dos grupos populacionais foi deixada as suas classificações no ponto de vista da raça.

A mestiçagem é um outro ponto a ser destacado neste estudo, em primeiro momento vale compreender os conceitos e as histórias do mesmo e entender como se constitui em diferente espaço. Em segundo momento com o foco voltada a situação racial em Cabo Verde. O que é mestiçagem?

No senso comum entende-se que a mestiçagem é uma mistura entre as raças, porém de acordo com Munanga (1999) “a mestiçagem, do ponto de vista populacionista, é um fenômeno universal ao quais as populações ou conjuntos de populações só escapam por períodos limitados.” É concebida como uma troca ou um fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre populações mais ou menos contrastadas biologicamente. Seguindo este pensamento, a noção da mestiçagem parece ter menos influências ideológicas do que a da raça, curiosamente, depois que o conceito da raça deixou de ser considerado pela biologia, Munanga passou a conceituar conjuntos de

indivíduos que compartilha de um mesmo círculo de união ou de casamento, que conseqüentemente, conservam em comum alguns traços do patrimônio genético hereditário e reproduz os mesmos hábitos entre si, por populações. A noção de raça embora apresentando suas falhas, continua presente em diversas formas no que diz a respeito das espécies humanas e a mestiçagem aparece como uma das classificações ou categorias dessa abordagem, neste caso, o que significaria ser branco, ser negro, ser amarelo e ser mestiço ou homem de cor?

A mestiçagem, de uma forma ou outra, ela teve influência ideológica principalmente na história da colonização. Segundo Munanga (1999), “a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes.” Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias.

As categorias “branco” e “negro” não foram mostradas somente na área biológica, elas fizeram presente no campo sócio-político, isto quer dizer que, numa relação entre as referidas categorias amplia ainda mais a discussão sobre a mestiçagem. Neste ponto de vista, o grupo afro-americano é apresentado como um grupo homogêneo social negro, ou seja, entende-se que na sociedade americana há uma separação que permite a filiação do grupo superior e inferior (branco e negro) seja desconsiderado do predominante, neste caso, basta ter um pouco de traço negro para tornar totalmente, por mais que os traços físicos aparentam ser branco, da mesma forma acontece com o branco, se for para sê-lo, é preciso ser na sua totalidade. Neste debate que defini a afiliação pelo grupo, Nogueira (2007), chamaria isto de preconceito de origem, por estar na presunção de que o mestiço, seja qual for sua aparência e qualquer que seja a proporção de ascendência do grupo superior ou do grupo inferior, que se possa invocar, tenha as “potencialidades hereditárias” deste último grupo e, portanto, a ele se filie, “racialmente”.

É importante salientar que estas conotações estão dentro do contexto sócio-político, isto é, uma das formas como é caracterizado a mestiçagem na perspectiva social. Segundo Munanga (1999), a visão raciologista da

mestiçagem combinada ao determinismo biológico desembocou no alargamento do seu campo conceitual, recobrando simultaneamente a hibridez do patrimônio genético e os processos de transculturação entre grupos étnicos cujos membros estão envolvidos na mestiçagem, embora os dois fenômenos não sejam necessariamente concomitantes e interligados. Portanto, seguindo a mesma lógica, a mestiçagem biológica se distinguiria da miscigenação e das interações sócias que concede espaço a situações de transculturação, assim sendo na visão populacionista.

Munanga (1999), declara que o francês Émile Littré em seu dicionário chamado de Littré designa o mestiço, indivíduo nascido da relação sexual entre um branco e uma índia ou entre um índio e uma branca, e designa o mulato, indivíduo nascido da relação entre um branco e uma negra, ou de um negro e uma branca. É interessante notar que, nos dicionários e enciclopédias do século XVIII demonstram as dificuldades de encontrar-se um termo geral capaz de recobrir a diversidade dos casos de hibridade, sendo o termo mestiço reservado somente à mistura espanhol com índio e mulato à mistura branca com negro.

A história da mestiçagem se diverge em lugares diferentes, desde antiguidade vem sendo ponto curioso de se entender se existia raça pura atualmente já não existe mais devido a este fenômeno. Munanga (1999) mostra que no Egito antigo houve encontro de vários povos asiáticos, europeus que invadirão o local, nesta junção ele acredita que era impossível não haver relações entre diversos povos embora sejam de diferentes classes, possibilitando surgimento de mestiçagem.

Já na antiga Grécia a mestiçagem não tinha grande importância, pois, para os gregos daquela época, era mais importante pertencer a uma cultura, a divergência se dava nas questões políticas, filosóficas e culturais para conhecer o “outro”, (Judeus, romano ou ariano) cedendo liberdade na procura de conhecimentos, logo a mestiçagem étnica não era criar problemas na Grécia clássica.

A mestiçagem no mundo romano também não provocou tantas discussões, ela serviu de base para explicar a queda de civilizações nos estudos de alguns autores como Joseph Arthur de Gobineau. Os critérios do império romano não foram raciais, estes se preocupavam mais com a predominância, ou seja, fundamentava no status, um mestiço devia considerar a Roma como a grande pátria independentemente do lugar onde nasceu quando é permitida a dupla cidadania, este beneficia dos mesmos direitos

Neste segundo momento, fala da noção de mestiçagem no caso das ilhas insular (Cabo Verde) entende-se que a questão da mestiçagem no mundo colonial girava em torno de preconceito. Segundo Furtado (2011), a melhor forma de se compreender a formação social cabo-verdiana passa pelo entendimento do processo que terá para uns, conduzido a uma predominância de uma população e uma cultura mestiças e, para outros, à emergência de uma comunidade crioula. A mestiçagem em Cabo Verde é compreendida pelo cruzamento de povo africano e povo europeu, especificamente português, neste caso é comum chamar a população cabo-verdiana de mestiço no cotidiano, porém, no ponto de vista de Littré seria chamado de mulato.

Para alguns autores, este mestiço ou mulato dominou o espaço físico e intelectual das ilhas apropriando-se de elementos da civilização europeia e senti-los como seus próprios, ou seja, a mestiçagem é discutida mais no sentido cultural, dado que este teve influência da cultura africana e cultura europeia, curiosamente, no arquipélago uma das culturas se opõem contra a outra, isto é, a positividade dos auxílios europeus contra a negatividade dos valores africanos. À hegemonia dos hábitos europeus têm-se as reminiscências africanas; ao casamento monogâmico europeu tem-se a poligamia africana.

Contudo, do ponto de vista racial a mestiçagem em Cabo Verde não é aprofundada nas características físicas, posto que, a população predominante é essencialmente mestiça, isto é, afirma mais no sentido sociocultural para manter a identidade nacional. De acordo com Furtado (2011), “a sociedade crioula, mestiça e atlântica seria, nessas análises, transétnica e transracial por aceitar ou rejeitar as contribuições da cultura africana e cultura europeia na formação da sociedade cabo-verdiana.”

5.4. Identidade

Entende-se por identidade, o conjunto de caracteres inerentes e restritos que são semelhantes ou diferentes, neste caso, animais, plantas, objetos inanimados dentro de um conjunto de diversidades. Habitualmente quando se fala da identidade é porque há uma necessidade de pertencer ao grupo, espaço, classe, etc. Com isto, pode-se dizer que existem tipos de identidades que poderão ser mencionados neste trabalho. De um modo geral, a identidade pode ser considerada reconhecimento daquilo que identifica. De acordo com Pereira (2015), “a identidade se alimenta do sentimento de pertencer a uma determinada cultura e esse sentimento se baseia nas características próprias, traços próprios e consciência própria de um indivíduo ou de um dado grupo.”

O discurso da autora baseia-se na identidade cabo-verdiana, porém, este não deixa de estar relacionado com outros termos abordados, nomeadamente raça, racismo, etnia e mestiçagem. Acredita-se que estes conceitos estão interligados uns aos outros. Portanto, para melhor conceituar a identidade cabo-verdiana é importante compreender como se deu a formação populacional do país? Quais são as influências que o arquipélago recebeu durante a construção identitária? Segundo Pereira (2015), “este país construiu o seu processo de identidade nacional com referência no continente africano, quer seja para uma afirmação de distanciamento, ou para uma afirmação de proximidade ou de pertencimento.”

Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde (RCV), é um país insular localizado num arquipélago composto por dez (10) ilhas vulcânicas na região central do Oceano Atlântico. A cerca de 570 quilómetros da costa da África Ocidental, as ilhas cobrem uma área total de pouco mais de 4.000 quilômetros quadrados. As mesmas encontram-se divididas em dois grupos sendo Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista pertencente ao norte e consideradas ilhas do grupo Barlavento. Enquanto que Maio, Santiago, Fogo e Brava, ilhas pertencentes ao Sul e, por sua vez, consideradas ao grupo Sotavento.

De acordo com Pereira (2015), o país pertenceu à colônia portuguesa desde 1460 até 1975 e foi povoado também por diversas etnias principalmente da costa africana, por essência a Guiné-Bissau. Dessa fusão cultural de europeus e africanos nasce o ser “curioso” mestiço, repensado por uma parte dos intelectuais do país em vestes considerados positivos na medida em que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um estado nacional.

Se antes da independência o arquipélago tinha como referência o continente africano para o processo da sua identidade, isto mudou no pós-independência principalmente quando houve a separação entre Guiné Bissau e Cabo Verde, que era unido como um país africano nas lutas pela independência. Entende-se que é a partir daí que a nação cabo-verdiana teve sua fragilidade no que diz a respeito a identidade. O contato com a cultura africana e a cultura europeia faz com que haja questionamentos do ser cabo-verdiano. O que identifica o cabo-verdiano como tal? Qual é o peso da África e da Europa na construção da identidade dos habitantes das ilhas insular?

Pereira (2015) defende que a identidade, a constitucionalidade e os direitos humanos são “territórios” de disputa política nos “projetos imaginados” na medida em que todos esses fatores identitários são frutos de fatos históricos, culturais e também da construção da consciência nacional, da Nação e do “Eu” cabo-verdiano. A autora defende que além da raça, condições econômicas, cor da pele, vários outros fatores como a mestiçagem, a língua-crioula, território, religião, bandeira e hino influenciam a marcação da identidade cabo-verdiana como símbolos que servem de fator de unidade em Cabo Verde e como a conotação da cabo-verdianidade.

De acordo com Santos (2009), a Cidade Velha foi declarada património nacional em 1990, mas foi a sua elevação a património mundial pela UNESCO e concomitantes perspectivas de desenvolvimento turístico que marcou uma viragem no processo de patrimonialização deste local. Compreende-se que esses elementos (bandeira, hino, património nacional) da identidade cabo-verdiana surgiram na década de 90, isto é, no período após independência com a abertura da conjuntura política. A autora acrescenta com mais detalhes os

fatores identitários da nação cabo-verdiana a partir dos artigos coligidos no volume inaugural da série “Estudos Sociais Cabo-Verdianos”. Ainda na questão do território, na cidade da Praia existe um espaço geográfico denominado de bairro Craveiro Lopes, também conhecido como bairro de músicos onde consta no ensaio de Carmem Furtado como o bairro em que se foi constituindo num universo social cujos membros, além da identidade de músicos, compartilham um sentimento de pertença a esse espaço territorial. Segundo Santos (2009), os músicos do bairro assumem-se como protagonistas destas transformações musicais e sociais que encontram no *mundo artístico* o dispositivo da sua promoção, reafirmando assim a valorização e o reconhecimento do seu espaço de pertença. Neste âmbito, a expressão musical cabo-verdiana (batuque e funaná) também foi reconhecida após a independência nacional com conotação revolucionária e africanista.

Sabe-se que no período colonial havia engenho de moagem de cana-de-açúcar, onde era utilizado a mão-de-obra dos escravizados com auxílio da mão-de-obra feminina para prática das atividades tais como trabalho agrícola, produção de aguardente e etc. curiosamente, a reprodução destas atividades atualmente permanecem e são reconhecidas como um símbolo nacional.

De acordo com Santos (2009), hoje a mulher já não é uma mera ajudante do membro masculino, é produtora de grogue, dirigindo todo o processo produtivo. Esta alteração da ordem das coisas teve implicações nas relações entre homens e mulheres e na construção simbólica dos sujeitos sociais de Ribeira de Principal. Duas arenas de ação coexistem dialeticamente nestas reformulações identitárias: o espaço doméstico e privado da casa, por um lado, e o espaço coletivo e público do trabalho por outro.

Outro fator predominante da identidade cabo-verdiana pode ser analisado a partir do ritual fúnebre, onde a forma de prestar condolência à família enlutada é expressa através de *txoru* (choro), principalmente no espaço rural de Santiago.

O choro é uma prática sociocultural no ritual fúnebre, entoado por familiares, amigos e vizinhos, e podendo ter destinatários diferentes: o falecido, os antepassados ou os vivos. O pranto é predominantemente feminino e existem diferentes formas de chorar, que são avaliadas por terceiros, mas todas elas obedecem a um modelo que oscila entre momentos de pausa e momentos de choro intenso. As avaliações e os juízos que são feitos sobre as famílias e a intensidade das relações das carpideiras com o defunto dependem do sucesso performativo do seu pranto. O choro não é um mero pranto. (SANTOS, 2009, p.3)

Mediante o txoru (choro) várias mensagens são passadas relacionada à pessoa falecida, normalmente como era a pessoa antes de falecer, como vai ser, isto é, dependendo da situação que se encontra.

A comunidade *Rabeladas* de Santiago também serve como ponto de análise identitária, no entanto, este é um grupo religioso que recusou a doutrina da igreja católica no período colonial por volta da década de 40. *Rabelados* eram tidos como revoltosos ou rebeldes que não aceitavam evangelização por parte dos colonizadores, ou seja, eles se consideram escolhidos de Cristo para revelar a palavra sagrada. Os *Rabelados* foram inferiorizados e perseguidos pelo resto da sociedade, formaram grupos coesos para resistir e sobreviver, depois se refugiaram para interior de Santiago nas localidades montanhosas de difícil acesso, isto é, isoladamente nas margens da sociedade, foram reconhecidos como grupo que identifica a nação. Segundo Santos (2009), se durante muito tempo foram perseguidos, presos e deportados, agora o seu valor é defendido, por agentes externos e internos, apelando-se muitas vezes à sua preservação como património histórico e cultural. Assim, a categoria “rabelado” vem assumindo novos significados, o que demonstra bem a dinâmica e a fluidez que caracterizam os processos de formação identitária.

Por outro lado, existem outros fatores que influenciam na formação da identidade cabo-verdiana como as músicas e danças europeias (morna e coladeira sobre influência portuguesa), é nesta perspectiva que aparece o encaminhamento por parte de alguns intelectuais cabo-verdianos com as ideias dos claridosos na forma de literaturas aproximando dos brancos europeus. De acordo com Pereira (2015), a hegemonia cultural dos “claridosos” teve a intenção de colocar os elementos culturais africanos fora de prática. Isso

abrange excluir os cabo-verdianos negros do ponto de vista ideológico e político.

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se dizer que houve uma disputa na afirmação da identidade cabo-verdiana entre os que defendem influências da cultura africana e a influências da cultura europeia, diante destes fatos, Cabo Verde possui traços culturais fortemente africanas, contudo no que diz a respeito as influencias cultural europeia, isto se deu com base nas ideologias políticas para legitimar tais influências como identidade cabo-verdiana.

5.5. Imigrantes em Cabo Verde

Cabo Verde é um país receptor de cidadãos dos países das Américas, África, Ásia e Europa com o intuito de habitar ou de fixar residência que pode ser legal ou ilegal no país. Diante desta afirmação é interessante saber de antemão como procede à análise relativamente a migrações em Cabo Verde. Neste contexto, têm dois autores dialogando sobre esta temática.

De acordo com Tavares (2010), Cabo Verde transforma-se num foco de acolhimento de imigrantes provenientes da Costa Ocidental Africana. Desta forma, destacam-se os imigrantes da África Ocidental que no quadro da CEDEAO escolhem Cabo Verde como uma etapa em percursos migratórios mais longos no âmbito do protocolo de livre circulação de pessoas e bens.

Será interessante analisar os trâmites que influenciaram a imigração cabo-verdiana dentro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Esta organização foi criada justamente para estreitar laços comerciais efetivos para o desenvolvimento dos Estados membros, e de promover a integração regional. Observa-se que a assinatura deste tratado facilitou a circulação e entrada dos imigrantes nos países da CEDEAO nos finais da década de 80, o fluxo migratório desses imigrantes começou a aumentar a partir dos anos 90 e neste caso Cabo Verde é um dos receptores com número considerável, porém existem situações de irregularidade.

Tavares mostra que quanto à autorização de residência, 3.611 é o número total de imigrantes da CEDEAO em Cabo Verde que teve autorização de residência até janeiro de 2010. Deste dado, 2065 era o número total de imigrantes que se encontrava em situação legal e os restantes 1.546 estavam na clandestinidade. (TAVARES, 2010, p.20)

Por outro lado, acredita-se que há números de imigrantes ilegais que não foi detectada para atualização desses dados da estimativa oficial, isto é, porque existem imigrantes que utilizam o território cabo-verdiano não só como seus destinos finais da migração, mas também como um ponto de escala para chegar a América, Ásia e Europa, e as autoridades locais desconhecem esses casos, o que faz com que os cidadãos nacionais se sintam desconfortados ao conviver com indivíduos clandestinos e/ou indocumentados. Esta situação pode ser um dos principais motivos para todos os imigrantes africanos serem considerados pejorativamente de *mandjakus*. De acordo com Veiga, (*apud* TAVARES, 2010) a instabilidade na região oeste africana (Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria entre outros) e a liberdade de livre circulação no âmbito da CEDEAO podem ter como consequência um fluxo de potenciais imigrantes que procuram fugir à violência e à miséria.

Em dezembro de 2004 Cabo Verde foi qualificado com o status de País de Desenvolvimento Médio (PDM) pelas Nações Unidas por alcançar alguns critérios exigidos para esta categoria, ou seja, subiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o rendimento per capita. Constata-se que a partir destes períodos os fluxos da imigração aumentou em Cabo Verde. Para melhor apontar os dados da imigração em Cabo Verde, Carvalho (2009) mostra dados da estimativa da trajetória dos imigrantes oriundos dos países do continente africano, americano e europeu.

[...] O DPNU (2009a) estima que no ano 2000 havia 10.375 imigrantes em Cabo Verde, correspondendo a 2,4% da população total. 5.229 seriam do sexo feminino e 5.146 do sexo masculino, o que faz com que as mulheres representem 50,4% do total de imigrantes. As estimativas para 2010 apontam para o aumento do número de imigrantes que atinge um total de 12.053, tendência que se tem verificado desde 1990. Em relação à percentagem da população tem-se verificado uma oscilação entre 2,3 e 2,5%. Com uma ligeira diminuição de 2,5 (1990) para 2,3 (2005) e ligeira subida para 2,4 prevista para 2010. (CARVALHO, 2009, p. 31)

Nesta perspectiva vale identificar os imigrantes em Cabo Verde por países de origem, quais as condições de estadia no país, e destacar as principais dificuldades neste percurso. É notável que todo país possui métodos de controle na circulação de pessoas e bens, embora alguns com métodos mais desenvolvidos que permitem obter dados e registro mais evidente. Segundo Carvalho (2009), constata-se que o grupo dos cinco principais países de origem dos migrantes que se encontram em Cabo Verde é constituído por São Tomé e Príncipe (35%), Angola (22%), Portugal (16%), Guiné-Bissau (8%) e Itália (3%). O autor relata que este dado foi extraído da *Global Migrant Origin Database* criado pelo *Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty* (DRC) da Universidade de Sussex por volta de ano 2007.

No que se refere as autorizações de residência atribuídas de 1976 a 2008, o autor mostra que:

Os principais países de origem são a Guiné-Bissau (19,8%), Portugal (13,8%), China (13,7%), Nigéria (11,5%) e Senegal (11,3%). Estes cinco países totalizam cerca de 70,1% das autorizações de residência atribuídas no período em análise. 74,2% correspondem a homens e 25,8% a mulheres. 35,1% pertence à categoria de idades compreendida entre os 30 e os 39 anos. (CARVALHO, 2009, p. 32)

Deste modo, pode-se dizer que Cabo Verde possui maior número de imigrantes oriundos de países africanos em relação a outros países dos outros continentes. Constata-se que os imigrantes africanos enfrentam várias dificuldades tais como regularização da situação em Cabo Verde, queixam-se de humilhação e de atitudes de preconceito e discriminação, inclusive exploração de mão-de-obra nas construções civis. Para outros a questão linguística também dificulta no processo de integração social. Em contrapartida,

há imigrantes que não apresentam muitas dificuldades mencionados nesta situação.

5.6. *Morabeza, mandjakus e amigus*

Acredita-se que qualquer país em desenvolvimento possui estratégias para alcançar suas metas a nível social, cultural e econômico por meio de relações internacionais, cooperações permitindo conhecer as maravilhas do país, sobretudo com as visibilidades turísticas. Neste contexto, a política de autoafirmação da identidade cabo-verdiana faz com que surjam formas de divulgar as atrações turísticas das ilhas do Arquipélago no sentido de fazer o estrangeiro se sentir em casa, e uma dessas estratégias é compartilhada e conhecida mundialmente por *Ilhas da morabeza*.

O termo *morabeza* provem de regionalismo, é uma expressão do crioulo de Cabo Verde utilizado para caracterizar as belezas naturais. De fato, as ilhas possuem seus encantos naturais e também tem o significado de amor, paz, tranquilidade, humildade que de certa maneira faz com que toda espécie humana de qualquer parte do mundo se sinta bem-vinda. Esta palavra caracteriza o arquipélago de gente amável e humilde, que recebe com uma simpatia contagiante e sempre com um sorriso nos lábios.

Através de músicas, poemas, poesias, documentários a palavra *morabeza* é expressa no sentido de dizer “boas-vindas” aos estrangeiros residentes e visitantes da terra. Neste parâmetro, a questão que se coloca é saber quem são realmente bem-vindos em Cabo Verde? Todos os imigrantes, incluindo os africanos, pejorativamente chamados de *mandjakus*?

De acordo com Tavares, dois são os significados para a abordagem conceitual do *Mandjaco*, um significado geral considerado pelos Cabo-verdianos de que todos os imigrantes que vêm da Costa Ocidental Africana são designados de Mandjacos, termo este utilizado de forma discriminatória, mas a designação propriamente dita, é *Manjaco, povo que ocupa na Guiné Portuguesa a parte do litoral compreendida entre as rias de Cacheu e Mansoa [...]. Manjaco era língua vernácula, significa «eu disse» (man, eu + dja, disse +*

co, *partícula reforçativa da afirmação*). A expressão usada pelo povo no decorrer da conservação como *estribilho*, passou a funcionar como *alcunha* e depois *etnónimo* (adaptado pelo próprio povo). (TAVARES, 2010, p.33).

Depreende-se que segundo Tavares o termo *mandjaku* possui dois conceitos, a de origem com o significado literal da palavra e a de interpretação equivocada do mesmo. Se em Cabo Verde os imigrantes africanos são recebidos com tratamento diferentes dos demais imigrantes de outros continentes, isto é, de forma discriminatória, acredita-se que há uma proposição no conceito *morabeza*.

Segundo Rocha Trindade (1995, p. 235 *apud* TAVARES, 2010, p.34) a discriminação é considerada como qualquer distinção, exclusão, restrição ou referência com base em raça, pigmentação, ascendência ou origem nacional ou étnica, que tenha o objetivo ou efeito de anular ou de comprometer o conhecimento, o usufruto ou o exercício, em pé de igualdade, dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, nos domínios político, económico, social, cultural ou qualquer outro da vida pública.

Na visão de Eufêmia Rocha (*apud* TAVARES, 2010), *Mandjakus* é um termo racista, xenófobo e *guetista*. A discriminação em Cabo Verde para com os *mandjakus* baseia-se no preconceito, ou seja, os cabo-verdianos fazem distinções culturais inferiorizando pejorativamente o comportamento do outro africano. Curiosamente, quando se trata de cultura europeia, asiática ou americana, o tratamento é diferente, pois imigrantes oriundos destes continentes são considerados civilizados.

Conforme Tavares (2010), ao que se refere aos imigrantes africanos em Cabo Verde que desempenham alto cargo na função pública e/ou privada não são designados de *Mandjacos*, porque ocupam um cargo de prestígio e está a dar o seu contributo para o desenvolvimento de Cabo Verde. Já os cabo-verdianos têm uma atitude de igualdade perante eles, porém se for um comerciante na feira de Sucupira, um outro a deambular pelos bairros da capital ou ainda um africano a trabalhar na obra, estes sim, são atribuídos nomes, uma vez que são imigrantes que vivem do trabalho informal na Cidade da Praia para fins de sobrevivência.

Ainda neste contexto, será interessante analisar o histórico dos *mandjakus* a nível racial. Há cabo-verdianos que desconhecem a história da África e dos africanos do continente. Segundo Andrade (*apud* HERINQUES, 2016) “o nosso conhecimento de África é quase nulo. Isso acarreta ainda mais o distanciamento racial em Cabo Verde para com os africanos.” Desde a época colonial foi inculcido na mente dos cabo-verdianos a imagem de África como um continente miserável, a partir daí passaram a acreditar na existência de uma história eurocêntrica com a chegada dos europeus.

De acordo com Henrique (2016) mandados para postos de chefia em outras colónias pelos portugueses, “até hoje os cabo-verdianos acham que não são africanos, que são mais inteligentes, mais sábios do que os irmãos que estão no continente”. Segundo Andrade:

Isso veio desde a colonização, foi-nos inculcida essa ideia. Hoje está a repercutir-se na nossa sociedade. Temos um grande problema de identidade. Mesmo que a História o mostre, o cabo-verdiano rejeita porque está no nosso DNA desde a colonização. Essa é a sociedade que temos, uma autêntica confusão. (ANDRADE *apud* HENRIQUE, 2016)

Por este motivo, acredita-se que imigrantes africanos terão mais dificuldade na interação com os cabo-verdianos, caso a o preconceito e a discriminação não venha a ser desmistificado por meio das instituições públicas sobre as culturas africanas. *Mandjakus* quando chegam a Cabo Verde percebem que não há interesse massivo por parte dos nativos sobre as histórias africanas, porém com forte interesse nas doutrinas europeus, isto é, nas formas de vestir, práticas religiosas, modos de se alimentar e etc, daí se deparam com choques culturais que promovem a distinção pejorativamente.

De acordo com Tavares (2010), Mandjaco não é um termo de elogio, mas sim discriminatório, utilizado desde a década de 90, sobretudo com a intensificação de voos de TACV Praia/Dakar, em que houve a entrada de um número bastante significativo desses imigrantes, que fazem parte da CEDEAO. O termo *Mandjaku* foi configurado de modo que possa ser “encaixado” no conceito de *morabeza*, esta configuração é uma aceitação para que os *mandjakus* se sentam acolhidos e, nesta perspectiva, são considerados de *amigus*.

De acordo com o dicionário crioulo da Guiné Bissau (s.d) o termo *amigu* se refere a uma pessoa a quem estamos ligados com sentimentos de sinceridade e de afeto. Na Guiné-Bissau é muito frequente usar o termo *amigu* para chamar alguém, apesar de desconhecido, a fim de pedir-lhe alguma coisa.

Segundo Tavares (2010), a designação *Amigo* foi criada pelos próprios imigrantes nos primórdios da sua entrada em Cabo Verde para facilitar a comunicação com os cabo-verdianos, na compra dos seus produtos. A partir daí o termo passou a ser utilizado reciprocamente.

Para alguns imigrantes africanos o termo *amigu* possui a mesma conotação que a palavra *mandjaku* uma vez que é referido somente a eles no sentido de suavizar a discriminação, porém estes não gostam de ser chamados de *amigu* porque os cabo-verdianos quando estão entre si não atribuem o termo *amigu* uns para com outros. Por este motivo gostam de ser chamados pelo nome próprio e consideram preconceituosas essas diferenças no sentido comparativo, africano e não africano. São atribuídos termos diferentes que remetem a ideologia da superioridade e inferioridade, da aceitação e discriminação. Rocha (2013) mostra que os *africanos* em Cabo Verde são considerados imigrantes a nível internacional na figura do trabalhador, e, em especial, com baixa ou nenhuma qualificação, ao passo que o *estrangeiro* é aquele que veio por um tempo determinado, é um visitante a colaborar e vantajosamente, identifica-se com um quadro científico que tem um nível de formação elevado cuja estadia não se percebe como ameaça à coesão social, o imigrante é atrelado a uma posição socialmente dominada.

Entretanto, há de se pensar nas reconfigurações de amabilidade, boas-vindas, ou seja, na *morabeza*, *mandjakus* e *amigus* designados para os de fora. Verifica-se que as distinções dos estrangeiros em Cabo Verde denunciam o comportamento dos cabo-verdianos baseadas nas ideias das raças, termo este que apresentou suas falhas desde primórdios.

5.7. Atitudes de preconceito e discriminação racial em Cabo Verde

Em cabo verde há grande diversidade humanas, cultural, social, regionais e etc. Na relação entre essa diversidade, do ponto de vista racial existem polémicas sobre se há racismo ou não no país. Sobre esta questão

alguns cabo-verdianos que tem formulado argumentos sobre a temática se posicionam com diferentes opiniões. Para alguns não existe racismo e para outros existem atitudes de preconceitos e discriminação racial no arquipélago.

Consoante Henriques (2016), o historiador António Leão Correia e Silva atual ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação, tem uma visão mais optimista de Cabo Verde. Das poucas sociedades de passado colonial, de passado escravocrata, que Cabo-Verde conseguiu desmontar, desconflituar é a questão racial.

Ninguém tem mais ou menos chances de ascensão social ou profissional ou política por ter a pele mais clara ou mais escura. Não existe na sociedade cabo-verdiana uma questão racial, o que não quer dizer que não existam resquícios disso. De uma pessoa bem-sucedida diz-se que se tornou branca, por exemplo. [O termo branco virou uma metáfora de sucesso]. (SILVA *apud* HENRIQUES, 2016)

O sociólogo Redy Wilson (*apud* HENRIQUES, 2016) apresenta argumentos sobre o posicionamento dos cabo-verdianos acerca da questão racial tendo por base a mestiçagem e a identidade. Segundo Wilson, quando é perguntado a um cabo-verdiano se há racismo no país, estes diriam que não, no entanto pode haver contra estrangeiros. Cabo Verde não foi construído só pelos portugueses e cabo-verdianos, houve uma mistura onde os africanos fazem parte e foi posto à margem dessa mestiçagem. O problema de se identificar está ligado ao interesse de pertença. O caso de Wilson será um exemplo prático nesta questão.

[...] Uma vez estavam em Portugal uns alunos da Universidade Nova a fazer uma pesquisa com um questionário à americana e chegou um momento que havia a raça e foi complicado. Que raça eu sou? Fui para mestiço. Depois havia mestiço asiático, mestiço africano.... Na questão identitária, sou africano. Mas não sei a nível racial onde me coloco. O que é ser mestiço? Há muitos mestiços. Na Praia, muitas pessoas dizem que sou do Fogo por causa do meu cabelo. Algumas pessoas da costa ocidental africana perguntam se sou indiano. Em Portugal, perguntam-me se sou brasileiro e já me perguntaram também se sou timorense. Então, és tudo e não és nada. Já me disseram que era claro demais para ser cabo-verdiano e escuro demais para ser cabo-verdiano ” (REDY WILSON *apud* HENRIQUE, 2016).

Segundo Henrique (2016), o que muitos defendem é que existe o “privilégio branco” e é preciso chamar o “orgulho negro” para colocar África no centro. Isto não é racismo. A necessidade de se identificar como cabo-verdiano seria mais no sentido de pertencer a nação e ao mesmo tempo negar o continente africano devido a classificação eurocêntrica, tendo África como espaço desinteressante e Cabo Verde com estatuto civilizatório. É neste sentido ambíguo que o cabo-verdiano tem se posicionado.

No imaginário dos cabo-verdianos há aquela ideologia racialmente modificada originando atitudes de preconceito e discriminação. É interessante notar que esta ação reproduz-se de maneira oculta. A divisão do país designado por ilhas de barlavento e sotavento faz com que as discussões sobre a situação racial entre os nacionais sejam levadas a campo de debate defendida na ideia de superioridade e inferioridade, ou seja para os habitantes das ilhas de barlavento, isto é, denominados de *sampadjudus*, suas características a nível linguístico (sotaque), distinção racial (cor da pele) se consideram intelectuais e superiores a *badius* habitantes pertencentes as ilhas de sotavento. É um tipo de “rixa” que assim supostamente ocorre dos dois lados. Embora havendo essas atitudes, o que não acontece de forma clara é a segregação racial, tanto negros, mulatos como os brancos podem viver no mesmo bairro, a diferença pode estar na forma de se relacionar entre si.

Quando se trata de uma relação com o estrangeiro, percebe-se que nem todos são recepcionados numa dimensão igualitária. Neste caso, os imigrantes africanos são alvos de atitudes de discriminação e preconceito.

Cabo Verde é uma sociedade escravocrata — serviu de entreposto de escravos a partir do século XV — “que nasce racista”, e o inconsciente de uma sociedade escravocrata “é muito pesado”; ainda está presente o “problema de sermos africanos ou não”, justamente porque “quando se fala em África fala-se em escravidão e é todo o peso da escravidão que ainda existe no nosso subconsciente”. (IVA CABRAL *apud* HENRINQUES, 2016)

Quando as elites e os claridosos (movimento literário que nasceu nos anos 1930 e reivindicava o direito a uma identidade cultural autónoma ligada à cabo-verdianidade) reclamam da metrópole uma atenção especial, referindo-se à sua *performance* administrativa e à presença forte do ensino,

querem uma posição especial. Por isso essa aproximação com Portugal e Europa. A intenção não era cortar relações com a metrópole, mas ganhar uma posição destacada. (ROCHAS *apud* HENRIQUES, 2016)

Esse é um dos motivos que faz com que os cidadãos cabo-verdianos não aceitem assumir a identidade africana. De certa maneira receberam instruções por parte dos colonos para controlar as outras colônias, daí surge a ideia de que não são africanos. Muitas vezes o espaço geográfico por não estar totalmente dentro do continente africanos acaba se tornando numa das justificativas para tal negação, e a crença na mitologia ocidental também é um destes fatores. De acordo com Abrão Vicente (*apud* HENRIQUES, 2016) “os cabo-verdianos dizem-se não racistas, construímo-nos como povo a partir da claridade como mestiços. Mas é uma falsa questão quando se conhecem as dinâmicas sociais de Cabo Verde e como nos relacionamos”.

Destartes, considera-se que atualmente a questão racial em Cabo Verde está sendo desmistificada por parte dos estudiosos na área da ciência sociais, isto é, história, sociologia, antropologia dentre outros, porém, alguns desses autores mencionados ao longo desta temática defendem que em Cabo verde a problemática racial não é central. O racismo não é abordado nas escolas, e isso se dá porque o sistema de ensino é totalmente eurocêntrico. Trata-se de uma herança colonial incutida na mente dos cabo-verdianos que os faz valorizar ensinamentos ocidentais e desvalorização dos saberes do continente africano. A problemática da identidade cabo-verdiana é uma questão que está baseada principalmente na questão racial. Nos interessa saber como é que os cabo-verdianos da diáspora se posicionam quando são constantemente lembrados e/ou considerados africanos e negros, uma vez que a história da África é ignorada no arquipélago. Por outro lado, nos interessa analisar os efeitos negativos das atitudes de preconceito e discriminação por acreditar que afetam as relações humanas.

6. METODOLOGIA

Quanto a escolha de objeto de estudo, serão entrevistados estudantes cabo-verdianos na Unilab. Trata-se de um estudo de caso. De acordo Oliveira (2008), o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. O autor mostra que as características de estudos de caso visam à descoberta, enfatizam a interpretação em contexto, buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, usam variedades de fontes de informação, revelam experiência vicárias e permitem generalizações naturalísticas. O estudo de caso procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

No que se refere a coleta de dados, o material a ser analisado será coletado através de entrevistas com questões abertas e fechadas com estudantes cabo-verdianos na Unilab. Segundo Oliveira (2011, p. 36 *apud* GIL, 1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta. De acordo com Guerra (2014 *apud* LAKATOS e MARCONI, 2010), com o uso de entrevista podemos averiguar fatos ocorridos, conhecer a opinião das pessoas sobre os fatos, conhecer o sentimento das pessoas sobre o fato ou seu significado para ela, descobrir quais foram, são ou seriam as condutas das pessoas, sejam elas passadas, presentes ou planejadas (futuras), e descobrir fatores que influenciam os pensamentos, sentimentos ou ações das pessoas.

A escolha dos entrevistados será feita e programada por curso, isto é, para organizar melhor os dados coletados, sendo estudantes, será considerado falta de tempo para entrevistas por motivos acadêmico e remarcadas as datas para os mesmos sobre as atitudes de preconceitos e discriminação racial em Cabo Verde para com os *Mandjakus*.

As entrevistas ocorrerão nas casas dos estudantes cabo-verdianos, alguns destes estudantes serão convidados para uma convivência em nossa casa nos finais de semana, bem como em outros ambientes sociais,

especificamente na Unilab. As entrevistas poderão ser armazenadas por meio de gravador de celular ou computador, caso o entrevistado permita, e depois serão transcritas e analisadas.

Quanto a técnica de análise de dados, será aplicada análise de conteúdo, pois segundo Guerra (2014, p. 38 *apud* BIRDIN, 2009), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos. Oliveira (2011, p 47 *apud* BIRDIN, 1997) afirma que a análise de conteúdo possui duas funções básicas: função heurística – aumenta a prospecção à descoberta, enriquecendo a tentativa exploratória e função de administração da prova – em que, pela análise, buscam-se provas para afirmação de uma hipótese.

A metodologia descritiva estará presente nesta pesquisa. Segundo Oliveira, (2011, p. 23 *apud* TRIVIÑOS 1987, p. 110), o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

Quanto a natureza da pesquisa será utilizado o método qualitativo, pois, este método permite fazer interpretações, Segundo Guerra (2014), é preciso levar em consideração que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente. Esse ponto de vista encaminha os estudos que têm como objeto os seres humanos aos métodos do tipo qualitativo. Os estudiosos que se dedicam a esse tipo de pesquisa afirmam que o homem é diferente de outros objetos, por isso seu estudo necessita de uma metodologia que considere essas diferenças. A pesquisa qualitativa é chamada de *interpretacionismo*. De acordo com Oliveira (2008), para os interpretacionistas, o estudo da experiência humana deve ser feito entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos.

Oliveira (2011) afirma que nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, examinam-se como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas.

Para Moresi (2003), a pesquisa qualitativa revela áreas de consenso, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. Ela também determina quais ideias geram uma forte reação emocional. Além disso, é especialmente útil em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias.

O trabalho estará dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo intitulado “Cabo Verde”, constando sua localização geografia e dados gerais do país.

O segundo capítulo será “Imigrantes em Cabo Verde”.

O terceiro capítulo terá por título “*Morabeza, mandjakus, amigus*”.

O quarto capítulo será designado por “atitudes de preconceitos e discriminação racial em Cabo Verde”. Este será o foco do trabalho.

7- CRONOGRAMA

Atividades / Etapas	2017/2018											
	mar	abr	mai	jun	jul	ago	Set	out	nov	dez	jan	fev
1) Escolha do tema	X											
2) Revisão bibliográfica / Fichamento		X	X	X	X							
3) Elaboração do anteprojeto				X	X							
4) Apresentação do projeto						X						
5) Coleta de dados						X	X	X				
6) Análise dos dados								X	X			
7) Organização do roteiro/partes							X	X	X	X		
8) Elaboração de Instrumentos e Estratégias de Pesquisa Qualitativas e Quantitativas							X	X				
9) Pesquisa de campo e realização de entrevistas							X	X	X			
10) Organização e análise do material coletado									X	X	X	
11) Redação de Relatórios e textos para publicação											X	X

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPIAH, Kwame Anthony. **“Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura”**. Tradução Vera Ribeiro, 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p.9-299.
- BORGES, João António Galvão dos Reis. **“A propósito de 5 de julho, Manjacos & Intelectuais”**, 13 jun. 2007 disponível em: < <http://www.didinho.org/APROPOSITODE5DEJULHOMANDJACOSINTELECTUAIS>htm> > acesso em: 07 set. 2016.
- BRITO, Bertelina. **“O comércio de cavalos em Cabo Verde (1460-1518): Consequências económicas, sociais e institucionais.**” Mestranda em História Moderna e Descobrimientos Portugueses UNL-FCSH.
- CARVALHO, Francisco Avelino, **“Migração em Cabo Verde”**, Edição: Organização Internacional para as Migrações, 2009.
- CASTELO, Cláudia. **“O Modo Português de Estar no Mundo”**: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CORREIA, Andreia Patrícia Soares Ramos. **“Dinâmicas identitárias e economia da alteridade na migração acadêmica de estudantes africanos -cabo-verdianos e guineenses- para fortaleza (brasil) ”**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- FANON, Frantz. **“Pele negra, máscaras brancas”** Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Daniel Alberto Lopesfurtado. **“Os portos da Praia e do Mindelo ao longo do século XIX”**, universidade de Cabo Verde. Praia, 2009.
- FERNANDES, Raul Mendes. **“O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau: ”** fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade. Universidade de Coimbra, 2012.
- FILHO, Wilson Trajano. **“Outros Rumores de Identidade na Guiné-Bissau”** Série Antropologia, Universidade Brasília, 2000.
- FURTADO, Claudio Alves. **“A investigação em ciências sociais par le bas: por uma construção autónoma, endógena e horizontal do conhecimento”** Como fazer ciências sociais e humanas em África, 2012.
- _____. **“Raça, Classe e Etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio”**, Universidade Federal da Bahia, 2011.

- FREYRE, Gilberto. **“Prefácio à primeira edição” & “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”**. In: *Casa grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1996 (1933).
- GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **“Manual Pesquisa Qualitativa”** Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2014.
- HALL, Stuart. **“Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais”**. Belo Horizonte: EdUFMG/Humanitas, 2009.
- HENRIQUES, Joana Gorjão. **“Ser africano em Cabo Verde é um tabu”**, 03/01/2016 – 08:02 disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- MORESI, Eduardo. **“Metodologia da Pesquisa”**, Brasília-DF, Universidade Católica de Brasília – UCB, 2003. p. 108.
- MUNANGA, Kabengele. **“Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia”**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003.
- _____. **“Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.”** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. (1985 [1954]), **“Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”**. In: Nogueira, Oracy. (Org.), *tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*, São Paulo, T.A. Queiroz.
- Notícia do Norte. **“Africano no Mindelo”**, 30/07/2013 00:13 – modificado em 30/07/2013 00:28 disponível em: <<http://noticiasdonorte.publ.cv/15785/africanos-no-mindelo-do-outro-lado-do-muro-existe-gente-com-nome/>> acesso em: 07 set. 2016.
- OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **“Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características”** travessias ed. 04 ISSN 1982-5935 educação, cultura, linguagem e arte. 2008.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **“Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração”** Catalão, Universidade Federal de Goiás, 2011.72 p.
- PEIRANO, Mariza, **“O dito e o feito, Ensaios de antropologia”** Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- PEREIRA, Ratsiferana. **“Projetos de nação e dilemas de identidade em Cabo Verde (1975 – 1992)”**. João Pessoa-PB, Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHLA Núcleo de

Cidadania e Direitos Humanos Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH, 2005.

POUTIGNAT, Philippe. **“Teorias das etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras”** de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fernart; tradução Elcio Fernandes. – 2.ed. –São Paulo: ed. Unesp, 2011. 250p.

PLURIM, **“Caboverdiano é racista”**, 25 fev. 2012 disponível em: <<http://plurim.wordpress.com/2012/02/25/caboverdiano-e-racista/>> acesso em: 07 set. 2016.

RAMOS, Max Ruben Tavares de Pina. **“Missionários do Sul: evangelização, globalização e mobilidades dos pastores cabo-verdianos da Igreja do Nazareno”**, universidade de Lisboa instituto de ciências sociais, 2015.

ROCHA, Eufêmia, Vicente. **“Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente?”** Ciências sócias Unisinos, 2013.

SANTOS, Maria do Carmo Lorena, **“Maria Elizabeth Lucas e Sérgio Baptista da Silva (Orgs.). Ensaios etnográficos na ilha de Santiago de Cabo Verde. Processos identitários na contemporaneidade”**, Cadernos de Estudos, Praia: Edições Uni-CV. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. 277 p.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares **“As Mandjuandadi: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à Literatura”**. Belo Horizonte, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **“O Espetáculo das Raças”** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Teresa Cruz. et al. **“Como fazer ciências sociais e humanas em África: ”** questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas. 0. Prelim.pmd. Dakar, Senegal. 2012. 299p

SUBUHANA, Carlos. **“Estudar no brasil: Imigração Temporária de Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro”**, Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Filosofia e Ciências- Sociais Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2005.

TAVARES, Lúcia Gomes, **“A Problemática dos “Mandjacos” na Cidade da Praia - ilha de Santiago”** Departamento de Ciências Sócias e Humanas Licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses, 2010.

VEIGA, Manuel. **“Desafios – Revista Científica da Cátedra Amílcar Cabral”** edições Uni-c.v. Praia, novembro de 2014.

9. ANEXO

QUESTIONÁRIO

Dados básicos:

1. Nome
2. Idade
3. Sexo/gênero:
4. Cidade e ilha de origem
5. Cor e/ou tonalidade de pele:
6. Estado Civil:
7. Trimestre e/ou Semestre de ingresso:

8. O que é *Mandjaku* para você?
9. Qual era a sua relação com os *Mandjakus*?
10. Qual é a diferença existente entre cabo-verdianos e *Madjakus*?
11. Na sua opinião, em que ponto o preconceito e a discriminação racial pode ser prejudicial para Cabo-verdianos?
12. Qual é a sua opinião sobre os modos de vida dos *Mandjakus*?
13. Os *Madjakus* são bem recebidos em Cabo Verde?
14. Qual é a sua percepção sobre as atitudes de preconceito e discriminação dos cabo-verdianos para com os *Mandjakus* em Cabo Verde?
15. Como você se sente convivendo com africanos na Unilab?
16. O que é ser cabo-verdiano?
17. Como é que você olha o negro? Você chega a olhar um outro negro numa ótica que o desvaloriza?
18. Você já sofreu algum tipo de preconceito em Cabo Verde? Qual/quais?
19. Em que situação você é negro: estrangeiro?
20. Cabo Verde dá espaço ao negro estrangeiro?
21. O ser estrangeiro e universitário chega a minimizar a sua condição racial?

22. Como é que os cabo-verdianos se sentem ao ser chamados de negro, moreno, preto ou africano?